

Wout, raketè, fwontyè, anpil mizè¹: reflexões sobre os limites da alteridade em relação à imigração haitiana para o Brasil*

Wout, raketè, fwontyè, anpil mizè: reflections on the limits of otherness in relation to Haitian immigration to Brazil

Marília Pimentel ²

Geraldo Castro Cotinguiba ³

*Tout moun se moun,
men tout moun pa menm!*⁴

Resumo

Este artigo tem como objetivo discutir alguns aspectos da recente migração haitiana para o Brasil e seus desdobramentos. A intenção é, a partir da apresentação de parte da pesquisa de campo que realizamos de 2011 até o presente momento, refletir sobre as respostas dadas pelo Estado brasileiro em relação aos haitianos, bem como mostrar a imagem ambivalente que a mídia está construindo dos imigrantes e do poder público. Nossa proposição não é cabal, ao contrário, tem o intuito de levantar algumas hipóteses, de problematizar a imigração haitiana que se assiste desde 2010 no Brasil. Para tanto, apoiamos-nos em textos clássicos da antropologia, dentre os quais destacamos os estudos de Malinowski (1978) e outros mais recentes. Para a questão da migração nos valem, sobretudo dos estudos de Abdelmalek Sayad, por enxergar o fenômeno migratório em sua totalidade. Já para lançarmos um olhar sobre o discurso midiático e suas nuances, pinçamos alguns conceitos de Michel Foucault e Zigmunt Bauman.

Palavras-chave: Imigração. Alteridade. Haitianos. Estado brasileiro. Discurso Midiático.

Abstract

This article purposes to discuss some aspects of the recent Haitian migration to Brazil and the consequences of its unfolding. The intention is, from the presentation of part of the fieldwork that we conducted since 2011 until the present moment, reflect on the answers given by the Brazilian government about Haitians as well as show the ambivalent image that the media is building among immigrants and the government. Our proposition is not conclusive; it is just beginning and is intended to raise some assumptions, to problematize Haitian migration that lives in Brazil since 2010. For this theme, we rely on classical texts of anthropology, among which studies Malinowski (1978) and another one newer. To the question of migration we follow the studies of Abdelmalek Sayad (1998), by seeing the migratory phenomenon in its entirety. On media discourse and its nuances, we clamped some concepts of Michel Foucault and Zigmunt Bauman.

Keywords: Immigration. Alterity. Haitian. Brazilian State. Media discourse.

¹ Tradução livre do Kreyòl para o português: rota, coiole, ladrão/roubo.

* Recebido em 17/03/2014.

Aprovado em 21/05/2014.

² Marília Lima Pimentel é doutora em Linguística; líder do Grupo de Pesquisa Migração, Memória e Cultura na Amazônia Brasileira/MIMCAB; chefe do Departamento de Línguas Vernáculas da Universidade Federal de Rondônia; *E-mail*: mpimentel9@gmail.com.

³ Geraldo Castro Cotinguiba é mestre em História e Estudos Culturais pela Universidade Federal de Rondônia; cientista social; professor da União das Escolas Superiores de Rondônia/UNIRON; Pesquisador do Grupo de Pesquisa Migração, Memória e Cultura na Amazônia Brasileira/MIMCAB. *E-mail*: gcotinguiba@gmail.com.

⁴ Toda pessoa é uma pessoa, mas as pessoas são diferentes. Provérbio haitiano sobre a concepção de pessoa a liberdade individual. Isso significa que todo ser humano é livre e ninguém pode lhe dizer o que fazer o como agir, mas ao mesmo tempo implica respeitar as decisões do outro.

1 Introdução

A chegada dos haitianos no Brasil, a partir de 2010, colocou – em certa medida – na pauta do Estado, as discussões sobre a imigração. Obviamente, isso não ocorreu de imediato e não partiu, pelo menos, inicialmente do próprio Estado, mas sim da sociedade civil, com destaque para o trabalho das pastorais sociais que constituem uma rede humanitária para migrantes e refugiados⁵. Nestes mais de três anos, vários acontecimentos envolvendo a entrada e o trânsito de haitianos promoveram a adoção de diferentes medidas, tanto pelas entidades governamentais como não governamentais, com vistas a responder a demanda da migração, além do surgimento de uma infinidade de discursos com variados enfoques sobre essa questão.

Nessa esteira, nossa intenção neste texto é apresentar um recorte da nossa pesquisa de campo⁶, problematizar a situação dos imigrantes desde o momento que cruzam a fronteira e as respostas dadas pelo poder político, bem como refletir sobre os desdobramentos e possíveis consequências dos discursos que a mídia faz circular sobre o tema.

Ademais, nosso intento é o de lançar um olhar reflexivo e crítico sobre a imigração haitiana para o Brasil – ainda que de forma incipiente – e suas implicações em relação às respostas dadas pela sociedade civil e o Estado. Para isso, além da pesquisa, dialogamos com alguns teóricos de maneira interdisciplinar, contemplando, especialmente a Antropologia, a Sociologia e outras.

2 A pesquisa de campo: reflexões teóricas do nosso ritual para a prática

A pesquisa de campo, na perspectiva antropológica científica, tradicionalmente, teve início nas primeiras décadas do século XX. Os primeiros antropólogos de campo, de origem inglesa, elaboraram monografias nas quais descreveram povos tidos como exóticos, de maneira que a experiência de campo assegurava ao antropólogo a condição de um lugar privilegiado e uma autoridade sobre o assunto.

Um vez que minha barraca estava sempre no meio de casas ou abrigos contra o vento e que minhas investigações tinham de ser feitas em público, poucas vezes pude ter conversas confidenciais e jamais consegui treinar informantes capazes de ditarem textos e fornecerem descrições e comentários detalhados. Esse fracasso foi compensado pela intimidade que fui forçado a ter com os Nuer. Já que não podia empregar o método mais fácil e mais rápido de trabalhar por meio de informantes regulares, tinha de voltar à observação direta e à participação na vida cotidiana das pessoas. Da porta de minha barraca, podia ver o que acontecia no acampamento ou aldeia e todo o tempo era gasto na companhia dos Nuer. A informação foi, assim, reunida em partículas sendo cada Nuer que encontrava usado como fonte de conhecimento, e não em grandes quantidades fornecidas por informantes selecionados e treinados (EVANS-PRITCHARD, 2013, p. 20).

A nossa pesquisa, diferentemente do modelo clássico de antropologia, se desenvolveu não em uma aldeia ou em outro país e, dessa forma, de maneira diferente de Evans-Pritchard (1999), tivemos que trabalhar num espaço mais amplo e num contexto social familiar e não necessariamente conhecido, como nos alerta Gilberto Velho (1978). A nossa pesquisa é de cunho antropológico, ao mesmo tempo que perpassa a interdisciplinaridade entre a história e a linguística, pautada pela reflexão sociológica. Recorremos à história numa perspectiva diacrônica, elencando os fatos no contexto da construção da idade moderna, de maneira que possamos situar o Haiti no tempo e no espaço. Ainda, no mesmo sentido, buscamos situar as migrações como um fenômeno histórico que ganhou mais impulso com a industrialização e acentuou-se a partir da segunda metade do século XIX. Aqui, no entanto, daremos mais ênfase aos aspectos antropológicos e à reflexão sociológica.

No caso do Haiti, nossas principais fontes são Laennec Hurbon (1987), padre e antropólogo haitiano, com sua obra *O deus da resistência negra: o vodu haitiano*, que dá subsídios para discutirmos os aspectos históricos e culturais sobre a formação do Haiti e a relação que o povo haitiano tem mantido com o vodu ao longo do tempo, numa perspectiva teológica crítica, com uma abordagem fenomenológica e estrutural. Na visão do autor, o vodu foi e é um elemento fundamental da cultura haitiana e, ao longo da história, a base de resistência e revolta do povo contra um sistema historicamente opressivo que tem se manifestado, ora por meio do colonialismo, do cristianismo e, em outros momentos, pelo Estado.

5 A rede humanitária para migrantes e refugiados conta com 50 entidades espalhadas pelo país. Informações disponíveis em: <http://www.migrante.org.br/migrante>.

6 Nossa pesquisa de campo começou em 2011 e ainda está em curso. Cidades pesquisadas, Brasileia, Porto Velho, Cuiabá, algumas cidades do estado de Santa Catarina e Paraná.

Igualmente importante para nossa reflexão sobre o nosso tema é o trabalho de Luiz Carlos Balga Rodrigues (2008), intitulado *Francês, crioulo e vodu: a relação entre língua e religião no Haiti* e o estudo de Eliesse dos Santos Teixeira Scaramal (2006), cujo título é *Haiti: fenomenologia de uma barbárie*. O trabalho de Rodrigues é de cunho linguístico e tem como objetivo analisar a relação entre língua e religião, dando ênfase no processo de formação do crioulo haitiano – *Kreyòl Ayisyen* – e o vodu como elementos indissociáveis da identidade cultural do povo haitiano, frente à língua do colonizador e da dominação, o francês. Numa linha um tanto diferente, o estudo de Scaramal, numa perspectiva fenomenológica aborda o processo de construção da abjeção em relação ao haitiano em países caribenhos e nos Estados Unidos pelo processo de repatriação no contexto da migração. Na visão da autora, a abjeção contra os haitianos está ligada a uma faceta mais ampla, a construção histórica da imagem do haitiano como um bárbaro e o Haiti como o lugar da barbárie.

Das obras acima tiraremos a nossa fundamentação histórica em relação ao Haiti e, dada a medida, outros aspectos de cunho sociológico, antropológico e linguístico. A esses trabalhos, outros se juntarão e formarão um conjunto maior de discussões sobre o nosso estudo.

Do ponto de vista da antropologia, recorreremos a esta ciência em dois sentidos, um metodológico e o outro teórico. No plano metodológico buscamos empregar a recurso da etnografia, isto é, a pesquisa de campo como trabalho junto aos haitianos ao longo de quase três anos, no sentido de efetuarmos um “mergulho cultural” e, assim, termos melhor entendimento da visão de mundo das pessoas com as quais nossa pesquisa se desenvolveu neste período. Dessa forma, recorreremos a esse método por meio de um clássico da antropologia, Bronislaw Malinowski (1978). No trabalho inaugural do método etnográfico, ou a sua sistematização, para a antropologia, Malinowski (1978, p. 19) é categórico.

Na etnografia, é frequentemente imensa a distância entre a apresentação final dos resultados da pesquisa e o material bruto das informações coletadas pelo pesquisador através de suas próprias observações, das asserções dos nativos, do caleidoscópio da vida tribal. O etnógrafo tem que percorrer esta distância ao longo dos anos laboriosos que transcorrem desde o momento em que pela primeira vez pisa numa praia nativa e faz as primeiras tentativas no sentido de comunicar-se com os habitantes da região, até à fase final dos seus estudos, quando redige a versão definitiva dos resultados obtidos. Uma bre-

ve apresentação acerca das tribulações de um etnógrafo – as mesmas por que passei – pode trazer mais luz à questão que qualquer argumentação muito longa e abstrata.

O recado, no final dessa citação, enaltecendo a experiência de campo e a vivência prolongada junto a um povo se dirige a uma geração de intelectuais denominada *chair arm* – conhecida no Brasil como pesquisadores de gabinete. Assim, o resultado do trabalho que vem a público é uma versão lapidada e organizada de um conjunto imenso de dados observados, vivenciados, coletados e, por isso, apresenta uma distância entre o que o pesquisador viu, ouviu e sentiu e o que o público toma conhecimento. No nosso caso, a regularidade que mantemos ao longo desse tempo de quase três anos de labor com os haitianos proporcionou-nos um conhecimento de muitos aspectos de sua organização social, com seus códigos, símbolos e signos compartilhados e compreendidos por aqueles que sabem interpretá-los.

Nas palavras de Malinowski (1978), o nosso pisar “numa praia nativa” representou a nossa ida ao campo, a nossa aproximação e contato no corpo a corpo e estabelecermos, aos poucos, uma comunicação que, inicialmente, foi marcada por um ambiente de apreensão de ambas as partes e que sabíamos, numa relação de poder desigual. Do nosso lado, éramos o nativo às avessas, do outro, os haitianos como estrangeiro. Nós, como o nativo, gozávamos de um lugar de poder por “conhecer” o funcionamento de nossa sociedade. Os haitianos, por sua vez, usufruíam de dois poderes, o silêncio ou a evasão de algumas conversas e proteção do próprio grupo por meio da língua.

Não havia muito o que fazer para mudar esse clima apreensivo, foi necessário esperarmos que o tempo se encarregasse de cuidar disso. Assim, o sentido intentado de nossa ação – que podemos classificar como uma perspectiva weberiana – foi exercer a paciência e descobrir os caminhos que nos permitiriam seguir adiante. Como nos ensinou Roberto Cardoso de Oliveira (1988), resignamos em ver, ouvir e anotar o que vivenciávamos. Por meio da pesquisa de campo, de cunho participante, entramos no segundo campo antropológico antes mencionado, o teórico. Tivemos que exercitar, na prática, o conceito de alteridade, o exercício de buscarmos os recursos para enxergarmos o mundo do outro através de sua ótica para, com isso, relativizarmos suas ações.

Em antropologia, a alteridade é um requisito in-

questionável para a feitura da etnografia e, nesta pesquisa, como já observamos a importância dessa reflexão realizada por Abdelmalek Sayad (1998), no contexto da migração o jogo dialético dos sujeitos, o nativo e o imigrante, exige que o outro seja o sujeito da reflexão. Num trabalho já clássico, Roberto Da Matta (1981), ao discutir a importância do trabalho de campo como um rito de passagem para o antropólogo, ressalta a importância do outro numa pesquisa de campo, alegando que, “afinal, tudo é fundado na alteridade em antropologia: pois só existe antropólogo quando há um nativo transformado em informante. E só há dados quando há um processo de empatia correndo lado a lado” (MATTA, 1981, p. 172). Dessa forma, é de suma importância o trabalho de campo como condição imprescindível para que se pense o outro.

A dupla abordagem antropológica – o método e a abstração teórica – foi o motivo essencial que nos levou a considerar a convivência com os haitianos, em diferentes momentos, etapa insubstituível que nos possibilitou melhor compreender um conjunto complexo em suas atividades sociais e, assim, valorizar mais o nosso trabalho nos sentido qualitativo em relação ao quantitativo. Esse enfoque qualitativo foi necessário, pois

A Antropologia, embora sem exclusividade, tradicionalmente, identificou-se com os métodos de pesquisa ditos qualitativos. A observação participante, a entrevista aberta, o contato direto, pessoal, com o universo investigado constituem sua marca registrada. Insiste-se na idéia de que para conhecer certas áreas ou dimensões de uma sociedade é necessário um contato, uma vivência durante um período de tempo razoavelmente longo, pois existem aspectos de uma cultura e de uma sociedade que não são explicitados, que não aparecem à superfície e que exigem um esforço maior, mais detalhado e aprofundado de observação e empatia. No entanto, a idéia de tentar *por-se no lugar do outro* e de captar vivências e experiências particulares exige um mergulho em profundidade difícil de ser precisado e delimitado em termos de tempo (VELHO, 1978, p. 124).

Numa época em que predomina a lógica do senso comum de que “tempo é dinheiro” e as pessoas parecem não ter muito tempo para muitas coisas, a nossa pesquisa demandou, relativamente, um período longo. O tempo foi determinante para a realização deste trabalho, uma vez que conseguimos realizar um mergulho mais profundo no modo de vida dos haitianos residentes na cidade de Porto Velho. Com isso, compreendemos melhor os motivos da migração haitiana para o Brasil a partir da pesqui-

sa de campo participante e, principalmente, ao tentarmos nos colocar no lugar deles nesse processo por meio da alteridade. Entretanto, temos consciência de que isso não nos assegura uma análise acabada, sempre haverá algo a ser discutido, estudado. Não é possível, enfim, abarcar todas as reflexões, é preciso fazer um recorte.

Nossa pesquisa de campo possibilitou alguns procedimentos que consideramos relevantes para a consecução desse trabalho, como o diálogo intermitente com os haitianos, a reflexão sobre o que seria definido como objeto de estudo, o aprendizado do crioulo haitiano – *Kreyòl Aisyen* –, extremamente importante para ouvir e participar de conversas, realizar perguntas, falar sobre assuntos variados, diminuir a resistência e, principalmente, a obtenção de um “passaporte” para uma outra visão de mundo. Consequentemente poder vivenciar na prática a alteridade, aproximando e encurtando as distâncias culturais.

Além disso, outras reflexões se apresentaram necessárias, a exemplo de avaliar algumas instituições estatais brasileiras nas esferas municipais, estaduais e federais. Dessa forma, a reflexão sobre alguns setores dessas instituições inspira-nos a produzir um olhar de estranhamento frente àquilo que nos é cotidiano, “transformar o exótico em familiar e o familiar em exótico” (MATTA, 1981), ou como Gilberto Velho (1978) nos chama atenção em “observando o familiar”, pois “o que sempre vemos e encontramos pode ser familiar, mas não é necessariamente conhecido e o que não vemos e encontramos pode ser exótico, mas até certo ponto, conhecido” (VELHO, 1978, p. 126).

A etnografia clássica primava pelo deslocamento do antropólogo de seu *locus* para uma outra espacialidade e, conseqüentemente, outra sociabilidade, como os europeus indo para o continente africano ou asiático ou os pesquisadores brasileiros embrenhando-se na floresta amazônica para um período de convivência entre os povos indígenas. A pesquisa em meio urbano requer outra dinâmica, mesmo que conservemos características da etnografia clássica, estamos imersos em uma dinâmica que exige de nós um posicionamento diferenciado. Nesse sentido, a pesquisa de campo com observação participante demanda que o pesquisador, uma vez entre as pessoas com as quais desenvolve sua pesquisa, esteja apto a participar de eventos e, muitas vezes, intervir no rumo dos acontecimentos, mesmo contra a sua vontade ou objetividade científica.

Exemplos de nossa participação observante são as nossas ações de ensino de português por meio do projeto de extensão universitária, auxílios em momentos de necessidades como a renovação de passaportes, reunião familiar, impressão de publicações do Diário Oficial da União, dentre outros aspectos que atendem aos interesses dos haitianos e que, ao mesmo tempo, revelam dados importantes que, imaginamos, não se revelariam simplesmente a partir de perguntas direcionadas ou acompanhando o dia a dia dos membros do grupo. A participação observante é, em nossa pesquisa, algo que funciona como uma troca no sentido do dom, na teoria do fato social total proposto por Marcel Mauss (2003) na tríade dar, receber e retribuir. Dessa forma, entendemos que a participação observante implica ao pesquisador a necessidade de se mostrar útil às pessoas com as quais se desenvolve a pesquisa e, com isso, que o pesquisador tenha uma contrapartida.

Ainda em relação à pesquisa de campo, no contexto urbano, um trabalho pioneiro é o de William Foote Whyte (2005) que, apesar de ter sido realizado na década de 1930, nos Estados Unidos, só recentemente foi traduzido no Brasil. O estudo de Foote Whyte tem como recorte espacial e social de análise um bairro na cidade de Boston, nos Estados Unidos e a presença de imigrantes italianos. Em uma parte de seu estudo, Foote Whyte traz à tona uma reflexão sobre seu trabalho de campo. Mostra a maneira como sua pesquisa foi constituída, os caminhos para sua entrada em campo, as pessoas com as quais ele teve de estabelecer contatos e manter relações durante algum tempo. Uma vez em campo, o autor apresenta a rotina de seu campo, suas estratégias e os ensinamentos da pesquisa etnográfica, como o aprendizado da língua italiana, ter um lugar claro diante dos grupos e, ao mesmo tempo, conciliar o campo com a presença e o trabalho do pesquisador. Essa concepção ajudou-nos a pensar o contexto para que pudéssemos nos inserir na pesquisa de campo.

Inserir-se socialmente com sucesso requer, tanto para um indivíduo quanto para um grupo, entender o máximo que puder da sociedade em que se insere. E esse conhecimento do outro perpassa questões como a língua, os costumes, as relações sociais, as leis, as tradições, enfim, diz respeito à visão de mundo. Essa reflexão se aplica aos haitianos em Porto Velho e a nós mesmos no contato direto com o grupo, vivenciando em alguns momentos os seus anseios, frustrações e suas alegrias. À primeira vista

não precisaríamos nos estender para argumentar e justificar a nossa pesquisa com os haitianos, bastaria recorrer à clássica temática de ver o outro como exótico, estranho e isso seria convincente para muitos. Porém, veremos ao longo dessa pesquisa que esse outro, esse estranho é tão nós quanto nós mesmos.

Essa perspectiva motivou-nos a pensar o processo de migração dos haitianos e sua inserção social em Porto Velho. Pensar a questão da migração haitiana para o Brasil é refletir sobre um processo amplo que envolve múltiplas perspectivas como a política internacional, os projetos de vida, o lugar do Haiti na história, o momento econômico e político do Brasil frente à economia e política mundial etc. O alcance de nosso trabalho é limitado em relação a todas essas questões em profundidade, porém contempla elementos que levam a uma reflexão mais ampla sobre esses temas a partir de sua proposta geral, a migração. Nesse contexto, estão aqueles que dão sentido à nossa pesquisa, os haitianos, uma categoria que traduz uma gama de pessoas com origens, credos, sonhos e anseios variados. São esses sujeitos com os quais mantemos uma estreita relação ao longo desse tempo e tivemos a oportunidade conhecer parte de sua dinâmica cultural desde a sua chegada a Porto Velho, no primeiro trimestre de 2011.

3 Motivos da migração haitiana: do mito à realidade

A migração é o movimento de saída de um indivíduo do lugar onde nasce – do país, das fronteiras nacionais – para o exterior. Ao mesmo tempo em que deixa as fronteiras do país de origem, o emigrante se torna um imigrante ao adentrar em outra territorialidade nacional. Já o migrante é todo aquele que de alguma forma parte de um lugar para outro, por um período relativamente curto ou longo. Nesse sentido, o emigrante e o imigrante são, também, migrantes⁷.

Como aporte teórico sobre o tema da migração, tomamos como referencial a obra de Abdelmalek Sayad,

7 Não discutiremos as diversas categorias de migrantes que existem nas discussões sobre migrações. Assim, podemos nos referir aos haitianos como emigrantes, imigrantes e migrantes. Além disso, as migrações contemporâneas são marcadas não mais pela dicotomia origem destino, integra-o o trânsito e o retorno. Estes aspectos nos escapam nesta discussão.

A imigração ou os paradoxos da alteridade (1998). Essa escolha se deve porque a temática é abordada de forma holística, de maneira que todos os aspectos do fenômeno dialogam entre si, especialmente entre o imigrante e o nativo. De acordo com esse autor, a imigração tem lugar central no campo do trabalho a ponto de, em certa medida, o imigrante materializar, numa perspectiva da provisoriade, sua presença em face do trabalho e para o trabalho.

Afinal, o que é um imigrante? Um imigrante é essencialmente uma força de trabalho, e uma força de trabalho provisória, temporária, em trânsito. Em virtude desse princípio, um trabalhador imigrante (sendo que trabalhador e imigrante são, neste caso, quase um pleonasmo), mesmo se nasce para a vida (e para a imigração) na imigração, mesmo se é chamado a trabalhar (como imigrante) durante toda sua vida no país, mesmo se está destinado a morrer (na imigração) como imigrante, continua sendo tratado como um trabalhador definido e provisório, ou seja, revogável a qualquer momento (SAYAD, 1998, p. 54).

Afinal, um imigrante só tem razão de ser no modo do provisório e com a condição de que se conforme ao que se espera dele; ele só está aqui e tem sua razão de ser pelo trabalho e no trabalho; porque se precisa dele, enquanto se precisa dele, para aquilo que se precisa dele e lá onde se precisa dele (SAYAD, 1998, p. 55).

Os trechos acima podem ser ratificados em várias atitudes vivenciadas por nós em campo. Deparamo-nos, com empresários, em Brasília e mesmo em outras cidades que visitamos, fazendo recrutamento de trabalhadores haitianos. Presenciamos a satisfação estampada nos rostos daqueles que eram contratados e os gestos de decepção por parte dos que não conseguiam trabalho. No mesmo contexto, por inúmeras vezes fomos interpelados por haitianos que nos perguntavam, “qual é a sua empresa? Você tem trabalho para nós, eu preciso de trabalho!” Quando dizíamos que não representávamos nenhuma empresa, mas que éramos professores, a retórica mudava o tom, mas não o conteúdo “e você pode me ajudar a encontrar um trabalho?”.

A presença dos haitianos no Brasil foi justificada, desde o início, em razão de um terremoto que teve como epicentro a capital e centro político e econômico do Haiti, Porto Príncipe, em janeiro de 2010. Na ocasião, o lugar se tornou um espaço de dor e sofrimento, computando um saldo de mais de 200 mil mortos e mais de um milhão de desabrigados. Esse acontecimento agravou

substancialmente as possibilidades de trabalho no país, o sistema formal de educação, a vida política, a segurança alimentar, as condições de higiene e saúde, além de fragilizar ainda mais a economia do país. Pouco tempo depois, o então presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, realizou uma visita ao país, declarou apoio humanitário e disposição para prestar acolhimento aos cidadãos haitianos que desejassem migrar para o Brasil (SILVA, 2012). Naquele mesmo ano, iniciou-se um fluxo migratório do Haiti para o Brasil.

Enquanto acontecimento, o sismo de 2010 causou danos de diversas categorias no Haiti e isso não se pode negar. Discordamos, porém, do discurso midiático que tenta justificar a imigração haitiana para o Brasil partindo da explicação única desse fenômeno⁸. Não podemos recorrer apenas ao terremoto, essa via seria uma falácia ou um reducionismo frente a diversos fatores de ordem política, histórica, econômica e sociológica os quais aparecem ao longo do conturbado processo de independentização do Haiti e sua história de país livre.

A presença dos primeiros imigrantes haitianos no Brasil foi registrada, inicialmente, no estado de Mato Grosso do Sul⁹, na divisa com a Bolívia. Iniciou-se, assim, um fluxo migratório que se intensificou em 2011, em outros locais de entrada, nas fronteiras do Brasil com a Bolívia e o Peru, pelas cidades de Brasília e Assis, no estado do Acre e no Amazonas, pela cidade de Tabatinga.

É quase impossível encontrarmos uma pessoa no Brasil que, desde que saiba da presença dos haitianos no país, não os associe ao terremoto ocorrido no Haiti em janeiro de 2010. Não é, de forma alguma, motivo de espanto que seja assim. É um verdadeiro *trabalho de Hércules* encontrar uma notícia publicada sobre os haitianos em

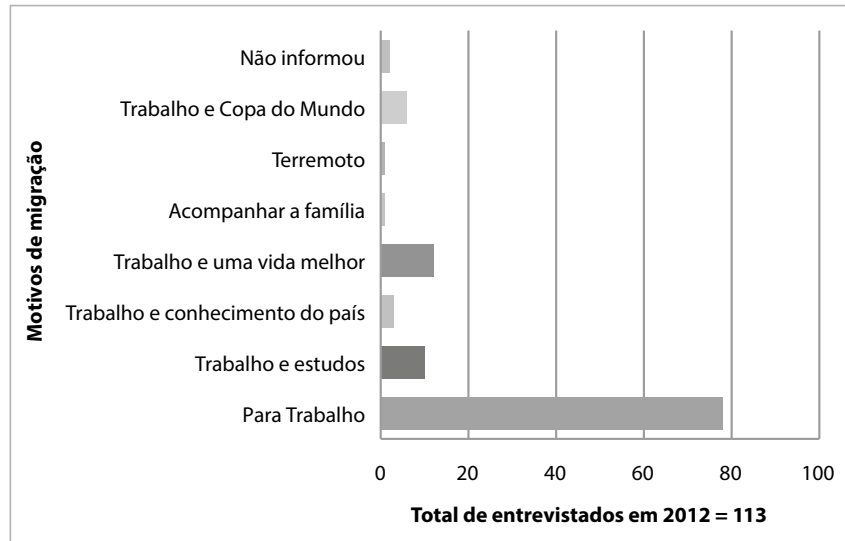
8 Temos, também, ressalvas quanto à justificativa do governo brasileiro para a concessão de Visto por Ajuda Humanitária baseada no terremoto. Discutiremos isso mais adiante.

9 Disponível em: < <http://www.youtube.com/watch?v=VA3f4ZNEYzE&feature=related> >. Não se sabe ao certo quando os primeiros haitianos desse fluxo entraram no Brasil. De acordo com essa informação, de março de 2010, o grupo pretendia alcançar a Guiana Francesa, mas os planos mudaram. Mais uma vez, não há uma explicação clara para isso, mas pensamos que a recepção feita pela sociedade civil, representada pelos psicólogos sem fronteiras e a concessão de um visto provisório pelo governo brasileiro para poderem trabalhar no país podem ter sido um “incentivo” para a permanência do grupo e contribuído para difundir a notícia no Haiti, pela relativa facilidade de obtenção de documentos, trabalho e hospitalidade no Brasil.

que não conste a palavra terremoto. Não é, no entanto, o nosso trabalho vasculhar jornais impressos, assistir a programas de televisão ou checar a internet nessa busca,

mas realizar uma leitura objetiva de acontecimentos relacionados a essa migração e argumentar em favor de uma tese de múltiplos motivos e não apenas o terremoto.

Gráfico 1 - Motivos de migração de haitianos para o Brasil



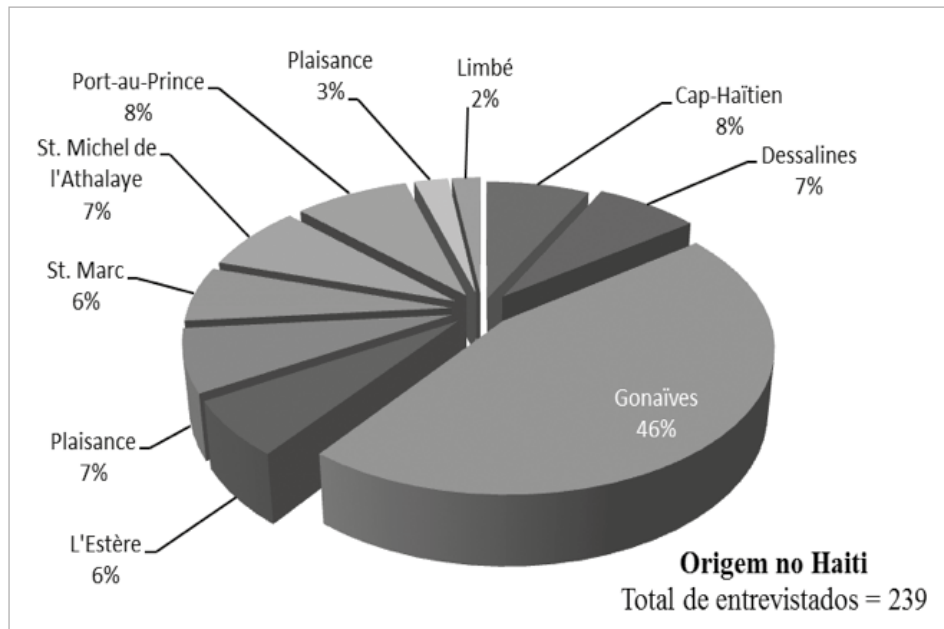
Fonte: (COTINGUIBA; PIMENTEL, 2013)

O quantitativo que apresentamos aqui talvez seja consideravelmente pequeno frente a um número relativamente grande de haitianos no Brasil, já estimado em mais de trinta mil, mas o que não pode ser ignorado é que dentre todos os nossos entrevistados, apenas um atribuiu a sua migração por causa do terremoto, alegando que havia perdido tudo e que, naquele momento, o Brasil era “a

porta que estava aberta”.

Outro dado que corrobora com a ideia de que o terremoto não é o único e nem o principal motivo dessa imigração é lugar de origem dos haitianos, conforme o gráfico a seguir, que apresenta as dez principais cidades de origem por nós mapeadas dentre um total de quarenta e uma até o presente momento.

Gráfico 2 - Haitianos – origem no Haiti



Fonte: (COTINGUIBA; PIMENTEL, 2013)

Ressaltamos que da cidade de Port-au-Prince – local atingido pelo terremoto – apenas 8% dos nossos interlocutores. A maioria dos entrevistados, 46%, é originária da cidade de Gonaïves, capital do departamento de Artibonite, a quarta cidade do país, a qual possui cerca de 300 mil habitantes. Gonaïves é conhecida como a cidade da independência, porque foi o lugar onde Jean-Jacques Dessalines, em 1º de janeiro de 1804 declarou o Haiti independente da França.

A tese da migração haitiana para o Brasil motivada pelo terremoto encontra seu principal argumento em um documento estatal, a Resolução nº 97, publicada pelo governo brasileiro no dia 12 de janeiro de 2012, exatos dois anos após o sismo. Esse documento, inédito por sua natureza, outorga, pela primeira vez na história brasileira, o Visto por Razões Humanitárias a estrangeiros. Ademais, essa legislação só se aplica, dentre todos os estrangeiros, aos haitianos. Em seu Parágrafo Único, o documento diz que “consideram-se razões humanitárias, para efeito desta Resolução Normativa, aquelas resultantes do agravamento das condições de vida da população haitiana em decorrência do terremoto ocorrido naquele país em 12 de janeiro de 2010”. Antes de discutirmos mais a Resolução 97, cabe contextualizar outros acontecimentos que estão relacionados à entrada de haitianos no Brasil os quais, juntamente com o terremoto, somarão um conjunto composto por diferentes elementos motivadores dessa migração.

Migra-se espontaneamente quando se foge de situações políticas ou econômicas intoleráveis? Seria sem dúvida mais conveniente falar de migrações forçadas e de itinerários individuais ou coletivos. As migrações são, na sua essência, a consequência de situações extremadas nas quais o indivíduo só tem como escapatória partir para um destino desconhecido (ANDREA-NI, 2009, p. 17).

O que consideramos a respeito do terremoto para esta migração é que o desastre pintou com cores de dramaticidade uma situação que se encontrava em curso diante de situações extremas. Assim, o terremoto dinamizou o que já era uma prática conhecida da sociedade haitiana, a emigração e o Brasil entrou na rota migratória por fatores diversos, como a rigidez para a entrada dessas pessoas em países como Estados Unidos, Canadá, França, além do agravamento de questões étnicas com a vizinha República Dominicana. O discurso de uma economia em alta e a possibilidade de empregos com a realização da copa do mundo de 2014, somadas à relativa facilidade de transpor a fronteira do Brasil são elementos que contribuíram para essa imigração.

Com base em nossa pesquisa, o primeiro grupo de haitianos que entrou no Brasil no contexto pós-terremoto foi no dia 17 de março (COTINGUIBA; PIMENTEL, 2013) de 2010 e o segundo, no dia seguinte (COTINGUIBA; PIMENTEL, 2013). Segundo os noticiários, o primeiro grupo era composto por oito pessoas e o segundo por sete, ambos tendo como destino a Guiana Francesa. De táxi, seguiram da cidade de Corumbá, no Mato Grosso do Sul, com destino à capital do estado, Campo Grande. O primeiro grupo foi detido pela Polícia Federal e o segundo pela Polícia Militar Ambiental. Desse modo, o início da entrada dos primeiros haitianos coincide com o momento pós-terremoto e o destino não era o Brasil, mas a Guiana Francesa¹⁰. Após esses dois casos, não há relatos de outros antes do final do mesmo ano, quando Brasileia, no estado do Acre, se tornou um *locus* da migração haitiana e, conseqüentemente, dos noticiários brasileiros. Restava, no entanto, analisar a rota de entrada e os recursos utilizados para isso.

A principal rota percorrida pelos haitianos para entrada no Brasil compreende um ponto comum até uma determinada parte da viagem e, noutro, se distingue em dois para a entrada no país. Os dois pontos de entrada são Tabatinga, no estado do Amazonas, na tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia e o segundo, em outro ponto semelhante, entre Brasil, Peru e Bolívia. O foco de nossa investigação é sobre esse último, pois é o que tivemos a oportunidade de conhecer *in loco* em quatro oportunidades e o que estabelece mais relação com o fluxo dos haitianos para Porto Velho, principal contexto da nossa pesquisa de campo.

A principal rota dos haitianos para o Brasil é a seguinte¹¹: parte desses migrantes saiu do Haiti, de diferentes cidades ou de Santo Domingo, na República Dominicana, com escala na Cidade do Panamá, de onde seguiram para Quito, capital do Equador e, de lá, até Lima, no Peru. Nesse ponto, a rota se bifurca em dois fluxos e,

10 Encontramos vários jovens que nos disseram que a intenção inicial era ir para a Guiana Francesa e outros para lá partirem depois de estarem no Brasil. Um rapaz nos disse “eu não vim para o Brasil, eu ia para a Guiana Francesa, mas quando eu cheguei em Brasileia um primo me chamou aqui para Porto Velho, dizendo que tinha emprego e eu vim, gostei e fiquei. Hoje sou encarregado na empresa e já tenho dois anos lá”.

11 A rota aqui descrita não é a única e sim a mais conhecida e utilizada pela maioria dos haitianos. Como já apontou Sidney Antonio da Silva (2012) e, também, com base em nossa pesquisa de campo, há registros de rotas “alternativas” pela Argentina e pelo Chile, além da Bolívia ou mesmo saindo diretamente do Haiti.

“para os que se dirigiam para o Amazonas, as cidades de passagem no Peru eram Lima, a capital, e Iquitos na Amazônia peruana, e depois tomavam um barco até Santa Rosa, onde cruzavam o rio Solimões para entrar em Tabatinga (AM)” (SILVA, 2012, p. 304). Enquanto o outro segue em outra direção para entrar pela cidade de Assis Brasil, no estado do Acre.

Até 2012 houve uma rota pela Bolívia, mas não por muito tempo, pois segundo relatos que colhemos em Porto Velho com os haitianos, era muito perigoso passar por território boliviano devido à violência. Foi-nos narrado casos de roubo, espancamento, estupro e assassinato num trajeto de cerca de 150 Km pela Bolívia que, nas palavras de um de nossos interlocutores, *Bolivi se difisil anpil* – A Bolívia é muito difícil. Esse caminho foi uma alternativa, quando a fronteira com o Peru foi fechada. Atualmente, a rota para entrada pelo estado do Acre é exclusivamente originária do Peru.

Se a entrada no Brasil pela “porta da frente” lhes havia sido inviabilizada, em razão das exigências legais, a rota traçada inicialmente pelos agenciadores era passar por alguns países sul-americanos que não lhes exigia visto para chegar à fronteira do Brasil, seja no estado do Amazonas ou do Acre, onde lhes seria mais fácil a entrada (SILVA, 2012, p. 304).

Para entrar pelo Acre, os haitianos deixam Lima e partem pela rodovia – *caretera* – 3S e cruzam o país, passando por diversas cidades, dentre elas *Huancayo*, *Chuyayacu*, *Abancay*, *Cusco*. Dessa última seguem por outro caminho, até alcançar a cidade de *Puerto Maldonado*, na rodovia 26B que, mais adiante se torna a 30C e, por ela, alcançam a cidade de *Iñapari*. Do Acre, os haitianos seguem para outros estados do Brasil por via terrestre, passando por Rio Branco. Antes de discutirmos a migração para Porto Velho, no entanto, cabe uma breve descrição da estada do grupo em Brasileia, na fronteira.

4 Fronteira do Brasil: o ritual de passagem, *Anpil mizè*

Como já mencionado, a expressão *anpil mizè* tem sido bastante ouvida por nós em campo, em geral em relação às dificuldades enfrentadas no Peru. Mas ela não se resume apenas a esse país, refere-se à totalidade dessa migração, salvo exceções. O que queremos dizer quando falamos em totalidade? Quais são as dificuldades que os haitianos relatam em seus depoimentos?

A totalidade da rota migratória é longa e cheia de

dificuldades, privações, abjeções. Uma dessas facetas se traduz no questionamento de um jovem. “Por que o Estado brasileiro permite que os haitianos entrem no país dessa maneira?”. O complemento de sua pergunta foi, ainda, querer saber o motivo que leva um país como o Brasil a aceitar que um grupo de imigrantes entre em seu território – neste caso eles, os haitianos – pela via “ilegal” e, em seguida, dá-lhes o Visto para permanecerem. Nesse questionamento estão implícitos aspectos históricos, jurídicos e sociológicos de um processo complexo como é o dessa migração. O mesmo rapaz afirma, em tom de resposta retórica que “é simples, permita que os haitianos entrem em um avião no Haiti e desçam diretamente no Brasil!”. Esse questionamento revela um problema de múltiplas dimensões e é a partir dele que podemos refletir sobre o que os haitianos querem dizer por *anpil mizè*.

Em dezembro de 2011, o governo brasileiro anunciou a possibilidade de fechamento das fronteiras na região das rotas de entrada dos haitianos ou o controle do número de entrada e o resultado disso foi a entrada em massa de centenas de pessoas em poucos dias. O controle foi colocado em prática com a publicação da Resolução 97. É nesse contexto que essa migração ganha contornos dramáticos e entram em ação de maneira mais intensa os *raketè*. Quando dissemos que a *mizè* passada pelos haitianos é algo que envolve um processo total, isso significa que ela se inicia ainda no Haiti, os acompanha pelo caminho se estende até o Brasil de maneira que abarca a totalidade do processo migratório.

Há relatos de que, para iniciar a mobilidade rumo ao Brasil, um projeto teve de ser traçado, planejado. Os recursos para o custeio da viagem são o primeiro passo. A forma de custeio desse projeto varia no conteúdo, mas mantém uma forma constante. Encontramos três formas de levantamento dos recursos, quais sejam, o do esforço próprio, o empréstimo e a ajuda familiar. A primeira diz respeito às economias que os sujeitos acumularam durante algum tempo e por meio de diferentes maneiras, tais como o trabalho ou a venda de objetos pessoais. A segunda é, talvez, a mais dramática, pois o empréstimo deve ser ressarcido com juros e algo deve ficar penhorado ou alguém como responsável para saldar a dívida contraída pelo emigrado. A terceira é a mais comum e está estritamente inscrita no sistema de parentesco e atende aos preceitos da ajuda mútua. Essa prática se caracteriza pelo que Marcel Mauss (2003) descreveu acerca de vários

povos como um “sistema de prestações totais¹²” em que os membros de uma determinada sociedade ou grupo se veem obrigados, por um conjunto de normas morais ou do direito, a prestarem ajuda (dádiva) numa lógica de reciprocidade.

Qual a relação entre o sofrimento dos haitianos nesse processo migratório e os aspectos jurídicos? Quando o Brasil decidiu conceder o Visto por Razões Humanitárias para os haitianos, com o argumento de que o faria com base nos problemas advindos do terremoto, abriu a possibilidade de muitos deixarem seu país com a expectativa de encontrar um *Eldorado* sul-americano. A *mizè* dos haitianos começa, assim, no próprio Haiti, pois muitos têm de se desfazer de bens, contrair empréstimos, mobilizar os familiares onde quer que estejam. Fosse uma viagem direta entre o Haiti e o Brasil, uma pessoa gastaria cerca de mil e duzentos a mil e quinhentos dólares estadunidenses. Todavia, devido à limitação do número de vistos a um total de cem por mês, a alternativa de quem não consegue é buscar uma rota alternativa e esta é praticamente dominada pelo *raketè*, que cobra pelo percurso e, em muitos casos, é o agiota que empresta o dinheiro para quem parte. Assim, os custos duplicam ou triplicam.

Ao percorrer a rota, cada haitiano é obrigado a pagar uma espécie de “proteção” e “pedágio”. A proteção é para o *raketè* e o pedágio é para os agentes – policiais¹³. Para quem deixa família para trás, parte na expectativa de encontrar trabalho e conseguir dinheiro para ajudá-la a sobreviver na origem, os custos dessa viagem solapam muitas possibilidades de uma vida melhor no sentido material. Esse excedente que é pago poderia servir como subsídio para a família e para o emigrado se estabelecer no destino com um emprego. Esse recurso, no entanto, é diluído na rota. Aqui cabe o questionamento. Até que ponto é humanitária a postura do Estado brasileiro diante disso? Ou, numa outra perspectiva, até que ponto o Es-

tado brasileiro é conivente com o tráfico de pessoas em relação a essa migração? Se o Brasil aceita os haitianos e para eles concede um Visto ao entrar pelos dois pontos da tríplice fronteira, por que não permite, então, que entrem diretamente pelos aeroportos?

A *mizè*, porém, não se restringe apenas na origem e na rota, ela os acompanha no destino final. Ao entrarem em solo brasileiro – no caso dos que vão para Brasília –, os haitianos embarcam em um táxi, como relatado anteriormente. Esses táxis cobram, por pessoa, entre vinte e cinco e cinquenta dólares estadunidenses e os levam até o *refije* – refúgio.

Até o presente momento foram utilizados cinco locais de recepção dos haitianos. O primeiro foi a Paróquia Nossa Senhora das Dores, mas logo viu suas capacidades excedidas devido à demanda. O segundo foi um Ginásio de Esportes, em 2011, em Eptaciolândia, cidade conurbada com Brasília, próximo à Polícia Federal.

O terceiro foi no “Hotel Brasília”, na Praça Hugo Poli, que em janeiro de 2012, chamou a atenção do mundo pelas condições. Era um lugar com capacidade para oitenta pessoas e, na ocasião que lá estivemos havia cerca de mil e cem. Um dos fatos que merece destaque foi o de uma família que fez do banheiro seu quarto e naquele lugar nasceu seu filho. O número de pessoas aumentava a cada dia e a longa estada no local – até três meses de espera – devia-se à demora para a obtenção dos documentos. Essa longa espera foi justificada pelo secretário da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Acre, a SEJUDH-AC, como medida de retenção para triagem de quem entrava no país. O resultado dessa medida gerou violação de direitos humanos, com pessoas dormindo ao relento, em sistema de revezamento nos poucos colchões que havia no local ou sobre lâminas papelão no quintal do “Hotel Brasília”.

Em novembro de 2012, quando retornamos a Brasília, o refúgio havia mudado para uma casa com oito cômodos. No local havia cerca de trezentas pessoas, disputando um espaço que mal cabia trinta pessoas. Não tinha água e luz na casa, esgoto muito menos.

O quinto e atual é um antigo imóvel pertencente a um clube, que foi transformado no “abrigo”. Com exceção do Ginásio de Esportes, todos os outros são em Brasília e, excetuando o salão da igreja, as condições físicas dos demais são precárias. O último “abrigo” fica situado na BR-317, no Km 325, ao lado do Batalhão de Polícia Militar.

12 O fato social total é proposto por Mauss (2003) dentro da lógica da reciprocidade. É o ato do dar, receber e retribuir. Assim, não pode reter o que se recebe, sob pena de ser amaldiçoado, pois o que se recebe deve ser entregue a outro, passado adiante, circular, fluir. Roberto Cardoso de Oliveira (1979, p. 31) diz que, “são princípios de moral e de economia que regem as transações humanas ‘sociedades arcaicas’, e que sob a aparência do dom, da dádiva, escondem-se regras de reciprocidade obrigatória”.

13 Especialmente para atravessarem as fronteiras, os haitianos revelaram-nos que o fizeram à noite. Ficamos indagando se realmente são policiais ou se uma quadrilha de coitotes que age nessa rota. Não temos uma resposta clara sobre isso.

Uma vez no refúgio, quem chega deve acomodar-se de acordo com as condições físicas do lugar. O imóvel é espaço conta com uma cobertura e é aberto dos lados. Em seu interior não há divisão, o que proporciona um ambiente sem privacidade para as pessoas trocarem de roupas ou tomarem banho, tanto para os homens quanto para as mulheres e crianças. Em uma de nossas idas a Brasília, um rapaz procurou-nos para reclamar da situação, alegando que em seu país as coisas não eram daquela maneira.

Diante desse quadro, vimo-nos conduzidos a uma inevitável reflexão sobre os aspectos políticos dessa imigração. Qual é o limite que separa a ajuda humanitária e a violação dos direitos humanos pelo Brasil em relação à imigração haitiana? Tememos não oferecer uma resposta satisfatória para essa pergunta, no entanto, temos a convicção de que é possível lançarmos um olhar e uma reflexão que possam servir como uma abordagem crítica sobre a política de imigração brasileira.

Em 2014, o Brasil “comemora” uma década de participação de suas tropas militares no Haiti, à frente da MINUSTAH, com o objetivo de “restabelecer a paz”. A primeira problematização que podemos elencar é em relação ao pedido de Refúgio realizado pelos haitianos. De acordo com o que está previsto pela convenção internacional de refúgio, só se enquadra nessa categoria as pessoas que se encontram ameaçadas por motivos políticos, religiosos, étnicos ou de temores fundados sobre a garantia da vida. Aos haitianos foi negada a condição de refúgio porque o Estado brasileiro considerou que esses aspectos não fazem parte da realidade social do Haiti. Torna-se compreensível que não sejam reconhecidos os elementos de ameaça a vida do povo haitiano por dois motivos.

O primeiro motivo é de cunho internacional. Caso houvesse a concessão da condição de refúgio aos haitianos, o Brasil declararia a incompetência da MINUSTAH e, ao mesmo tempo, o seu papel de líder. O objetivo principal da missão é “restabelecer a paz no Haiti”. O segundo motivo é de ordem nacional. Uma vez concedido o refúgio a um estrangeiro, o Estado brasileiro se torna responsável pela sua pessoa, assegurando-lhe segurança, alimentação, abrigo e condições dignas de vida. Diante da iminência de uma imigração de milhares de haitianos, o Brasil não teria a possibilidade de arcar com as demandas dessas pessoas de acordo com a convenção da ONU para refúgio. A saída foi, na nossa interpretação, criar o

Visto por Razões Humanitárias com base na Resolução 97, já descrito. Esse visto, por sua vez, pode ser interpretado como uma mensagem aos haitianos de que “o Brasil não é responsável por vocês. Vocês são responsáveis pelos seus próprios destinos”. Dessa forma, o Estado brasileiro se livrou de ter de se responsabilizar ou explicar algumas coisas, tais como a manutenção de suas tropas em território haitiano ou a concessão de refúgio a um número grande de pessoas.

Outra abordagem, a partir da pergunta que nos surgiu, é sobre violação dos direitos humanos nesse processo migratório. Essa, talvez, seja a maior contradição, uma vez que é um visto por “razões humanitárias”. Onde estaria, então, a violação? O paradoxo da violação reside em o Estado brasileiro atender aos pedidos de quase todos¹⁴ os haitianos que entram pelas fronteiras de maneira indocumentada na perspectiva da imigração. Se se concede o visto por “razões humanitárias” aos haitianos em solo brasileiro, depois de terem passado por situações abjetas na rota migratória e, finalmente, alcançarem o território nacional nas regiões de fronteira, por que não se permite que entrem e façam o procedimento jurídico de maneira semelhante nos aeroportos? Não temos a resposta para esta pergunta e entendemos que ela deve ser respondida pelo Estado brasileiro.

A violação dos direitos humanos pelo visto por “razões humanitárias” reside na prática de o Estado brasileiro “alimentar” indiretamente o tráfico humano praticado pelos *raketè*. Essa é uma situação que afeta não apenas o sujeito que entra na *wout* para chegar ao Brasil, mas toda uma rede de pessoas como os parentes que estão em outros países ou os familiares na origem e que são, como registramos em muitos casos, os responsáveis pelo custeio da viagem. Uma viagem que custaria cerca de US\$ 1.500,00, alcança cifras médias de US\$ 4.000,00 e até US\$ 6.000,00. Quem são as pessoas que pagam? Quem são as pessoas que recebem e ganham com isso? Qual a responsabilidade do Estado brasileiro diante dessa prática? São perguntas a serem respondidas de maneira satisfatória. Tomando uma variante média de acréscimo entre US\$ 1.500,00 e US\$ 2.500,00 e a multiplicarmos por vinte mil, que é o número estimado de pessoas que pagaram os *raketè*, alcançaremos uma cifra que pode ir

14 Existem as exceções, como em caso de constatação de pessoa que apresente alguma “dívida” com o sistema judiciário do Haiti.

de US\$ 3,75 a US\$ 6,25 milhões. Definitivamente é um negócio lucrativo¹⁵.

Pensar essas questões pode mesmo parecer especulação, entretanto não é um disparate. Após quatro anos de emigração do Haiti para o Brasil, com as pessoas utilizando basicamente a mesma rota entre os dois países, fica patente a realidade dos fatos de que o Estado brasileiro precisa avançar no sentido de uma política de imigração. Defender a tese de conceder o visto aos haitianos em aeroportos pode não ser uma saída definitiva para essa imigração, mas certamente seria uma medida mais sensata e mais de acordo com a perspectiva dos direitos humanos.

Insistir na manutenção da prática – que a nosso ver não é uma política – de registrar os haitianos nas regiões de fronteira, como tem acontecido nas cidades de Tabatinga e Brasileia, é uma medida que tem contribuído para que o tráfico de pessoas seja indiretamente incentivado. A isso, somam-se os casos de extorsão, roubo, estupro e assassinato. Esses danos continuam acontecendo aos haitianos e podem ser evitados, desde que haja iniciativa política por parte do Estado brasileiro para mudar o quadro atual. É uma oportunidade de realizar um trabalho, de fato, humanitário, talvez com desdobramentos e repercussões mais expressivas que a condução da MINUSTAH no Haiti.

Em abril de 2014, o governo do Acre resolveu fechar o “abrigo” para imigrantes na cidade de Brasileia e transferiu suas atividades para a sua capital, Rio Branco. Nesse contexto, muitos haitianos foram encaminhados para outras cidades, dentre elas São Paulo, o que causou um certo incômodo para os paulistas e, ao mesmo tempo, pareceu ser uma provocação dos acrianos em relação aos “irmãos” sudestinos. Será? Por que a imigração haitiana, que está em curso desde 2010 para o Brasil, só ganha contornos nacionais de repercussão agora, no momento em que desembarcam centenas desse povo no centro do capitalismo brasileiro? É curioso, no entanto, que os haitianos embarcaram em uma cidade que tem como nome o patrono das relações diplomáticas brasileiras, Rio Branco! Contradições à parte.

5 Mídia e migração haitiana: relação conflituosa

A mídia exerce, sobretudo na contemporaneidade, um papel de “mediadora” entre o seu público e a realidade; é o principal dispositivo discursivo pelo qual a

história do momento presente é construída. Assim, como “prática discursiva, produto de linguagem e processo histórico” (GREGOLIN, 2007, p. 13), a mídia é produtora de identidades, de espetacularizações dos efeitos de sentido, que, não raro, instiga o leitor por meio de textos verbais e não verbais a rememorar e ligar o passado ao presente e ressignificá-lo. Nesse sentido, as notícias veiculadas na mídia sobre o fechamento do abrigo em Brasileia no Acre, a atitude do governo acriano ao enviar os haitianos para São Paulo, bem como os desdobramentos disso acionam uma rede de significados que acabam moldando *identidades* do imigrante haitiano, do papel dos estados e do próprio Estado brasileiro.

Ademais, o “acontecimento” da migração haitiana faz emergir uma gama de discursos materializados nos *blogs*, nas redes sociais, nos noticiários, enfim no espaço midiático que tencionam os dispositivos legais, o ordenamento jurídico nacional e internacional sobre o deslocamento de pessoas do seu país de origem para outros. Nessa esteira, muitos discursos questionam a própria “governamentalidade”¹⁶ do Brasil em relação ao “controle” de suas fronteiras e das políticas sobre migração. Outros discursos, por sua vez, levam a termo a ideia de que os imigrantes trazem doenças e de que estão “invadindo” o país para “tomar” os empregos dos brasileiros.

Todo indivíduo ou grupo que por seu nascimento ou por qualidades especiais adquiridas não têm direito imediato de entrar numa casa determinada desta espécie e instalar-se em uma destas subdivisões encontra-se assim em um estado de isolamento, que toma duas formas, encontradas separadamente ou combinadas. São fracos por estarem fora desta sociedade especial ou geral; são fortes por estarem no mundo sagrado uma vez que esta sociedade constitui para seus membros o mundo profano. Daí o diverso comportamento das populações, algumas das quais matam, roubam, maltratam o estrangeiro sem outras formalidades, enquanto outras populações temem o estrangeiro, tratam-no com deferência, utilizam-no como um ser poderoso ou tomam contra ele medidas de defesa mágico-religiosas. (GENNEP, 2011, p. 41).

A prática de ver o outro como invasor, profanador

¹⁶ Segundo Moulin (2012), Foucault define governamentalidade como “um *ensemble* formado por instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem o exercício desse poder específico, mas complexo, que tem a população como seu alvo, a economia política como forma de conhecimento e o aparato de segurança como seu instrumento técnico essencial”.

¹⁵ Em maio de 2014, estima-se que já passa de trinta mil o número de haitianos no Brasil.

das coisas sagradas ou portador de elementos mágicos que podem contaminar o território ao nele adentrar é tão antiga quanto a ideia de sociedade ou de seu equivalente. Não nos desvencilhamos dela e, diante do que temos visto, lido e ouvido em relação aos haitianos por parte de um contingente da população brasileira, isso continua em ação. Mudam-se os contextos, o tempo e os sujeitos, enquanto algumas práticas continuam como um culto tradicionalista que muitos se recusam a rejeitar. Além da resistência em aceitar o estrangeiro, o imigrante em seu território, Van Gennepe (2011) discorre, ainda, sobre os rituais acerca das condições para que sejam aceitos, das formalidades e do que poderíamos chamar de diplomacia dos emissários nativos no diálogo com o outro, o diferente. E os inúmeros discursos que circulam na mídia acentuam, em certa medida, essas práticas.

Assim, todo esse arquivo¹⁷ textual materializado pela mídia cria, para alguns a imagem do haitiano como refugiado (caracterizado como pobre, sem qualificação profissional, que precisa de ajuda porque veio fugido do terremoto, por isso deve ser acolhido) e, para outros, do invasor (que precisa ser expulso, pois onera os cofres públicos). Nessa mesma perspectiva, o discurso midiático delinea, por um lado, a imagem de que o governo brasileiro é “paternalista” com os imigrantes e, por outro, que é desumano por não acolher de forma humanitária os estrangeiros.

Diante desse cenário, o que nos parece pertinente ponderar são os desdobramentos que podem ter as imagens que estão sendo construídas sobre os imigrantes, especialmente porque esse discurso gera representações sociais que de alguma forma terminam sendo partilhadas pela sociedade, pois “a mídia fornece a matéria bruta que seus leitores/expectadores usam para enfrentar a ambivalência de sua posição social” (BAUMAN, 2005, p. 104). Além disso, nas sendas de Sérgio Buarque de Holanda (1995), o brasileiro pode ir do mais tenro gesto de afago à mais violenta atitude, trata-se do homem cordial. Nessa direção, a imagem ambivalente do haitiano – já descrita acima – delineada pela mídia, pode despertar no “homem cordial”, não raro, solidariedade, desejo de ajudar

humanitariamente o imigrante, ao mesmo tempo em que pode assomar atitudes preconceituosas.

6 Considerações finais

O objetivo deste artigo foi mostrar alguns aspectos da imigração haitiana para o Brasil, sobretudo desmistificar as razões atribuídas para essa migração vivenciada por nós durante a pesquisa de campo. Além disso, procuramos refletir de um lado sobre a resposta dada pelo Brasil, o “visto por razões humanitárias” – com uma abordagem nos direitos humanos; de outro as dificuldades de receber dignamente esses imigrantes.

O salário mais elevado atrai uma parte maior da população trabalhadora para a esfera favorecida, até que ela esteja saturada de força de trabalho e o salário novamente caia para o nível médio anterior ou abaixo do mesmo, caso o afluxo tenha sido demasiado grande. Então não só cessa a imigração de trabalhadores para o ramo de atividades em questão, mas ela inclusive dá lugar à sua emigração (MARX, 1988, p. 196).

Outros países adotaram medidas legislativas ou administrativas com a finalidade de regularizar a situação de imigrantes que não se enquadram na categoria de refugiado. O Brasil, nessa direção, dá uma resposta positiva quando assegura ao cidadão que está em seu território, para além das convenções internacionais, à luz do próprio direito internacional, um direito constitucional (BRASIL, 1988) de proteger-lhe independente da nacionalidade. Assim, o visto outorgado aos haitianos pelo Conselho Nacional de Imigração (CNIg) constitui-se uma importante ferramenta de proteção aos haitianos, um avanço.

Por outro lado, diante do panorama que demos-
tramos anteriormente parece coerente asseverar que o Estado brasileiro não conseguiu, ainda, efetivamente dar um tratamento satisfatório a essas pessoas. Uma sucessão de procedimentos equivocados permeou até agora o recebimento desses imigrantes – como amontoar oitocentas pessoas num lugar que mal cabiam cem, por exemplo.

É necessário e urgente empreender estudos sobre os efeitos que o poder do discurso midiático pode exercer na construção das imagens do haitiano, para que se possa questionar a forma como a mídia se pretende forjar uma certa *identidade* desses imigrantes. O que nos inquieta, nesse sentido, são as atitudes preconceituosas e os conflitos que podem advir da relação entre o imigrante e o nativo.

A imigração haitiana para o Brasil abre margem para reflexão e discussão sobre aspectos variados a res-

17 Para Foucault (2008), arquivo é o sistema geral da formação e da transformação dos enunciados, é o conjunto de regras que, numa dada época e para uma determinada sociedade, definem os limites e as formas do dizer, da conservação, da memória, da reativação, da apropriação, que se aplicam aos discursos.

peito da relação entre a mobilidade humana e a noção política concernente ao tema. Compreendemos que o debate que o tema está em aberto e muito há o que discutir, como os aspectos jurídicos, políticos, econômicos, históricos, sociológicos e antropológicos relacionados a esse processo. A relação entre os dois países requer uma análise mais aprofundada como, por exemplo, o lugar do Brasil na MINUSTAH desde 2004.

Como digressão, deixamos uma reflexão final, a de que, talvez, o Haiti não precisasse de fuzis e blindados em seu território e sim de médicos, professores, técnicos e engenheiros. Quem sabe, com isso, o Brasil tivesse realizado, de fato, um trabalho humanitário e, quem sabe, ser indicado a um Nobel da Paz.

Referências

- ANDREANI, Caroline. As Migrações nos Séculos XIX e XX: contribuição para a História do Capitalismo. In: PERRAULT, Gilles (Org.). *O livro negro do capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- BAUMAN, Zygmunt. *Identidade*. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988.
- CONTINGUIBA, Geraldo Castro; PIMENTEL, Marília. *Relatório de Pesquisa de Campo com Haitianos em Brasileia (AC) e Porto Velho (RO)*, 2013 (Mimeografado).
- EVANS-PRITCHARD, E. E. *Os Nuer*: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota. Trad. Ana M. Gldberger. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- GENNEP, Arnold van. *Os ritos de passagem*: estudo sistemático dos ritos da porta e da soleira, da hospitalidade. Trad. Mariano Ferreira. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- GREGOLIN, Maria do Rosário. Análise do discurso e mídia: a (re)produção de identidades. *Comunicação, mídia e consumo*, São Paulo, v. 4, n. 11 p. 11-25, 2007.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HURBON, Laënnec. *O deus da resistência negra*: o vodu haitiano. Trad. Valdecy Tenório. São Paulo: Paulinas, 1987.
- MALINOWSKI, Bronislaw. *Os Argonautas do Pacífico Sul*: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores).
- MATTA, Roberto. *Relativizando*: introdução à antropologia social. Petrópolis: Vozes, 1981.
- MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Cosac & Naif, 2003.
- MOULIN, Carolina. A política internacional da mobilidade: governamentalidade global e produção da diferença no discurso disciplinar contemporâneo. In: SILVA, Sidney Antonio da (Org.). *Migrações na Pan-Amazônia*: fluxos, fronteiras e processos socioculturais. Manaus: Fapeam, 2012.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Introdução: uma leitura de Mauss. In: *Marcel Mauss*: antropologia. Roberto Cardoso de Oliveira (Org.). São Paulo: Ática, 1979.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *O trabalho do antropólogo*: olhar, ouvir, escrever. São Paulo: Unesp, Paralelo, 1998.
- RODRIGUES, Luiz Carlos Balga. *Francês, crioulo e vodu*: a relação entre língua e religião no Haiti. 2008. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.
- SAYAD, Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. Trad. Cristina Murachco. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1998.
- SCARAMAL, Eliesse dos Santos Teixeira. *Haiti*: fenomenologia de uma barbárie. Goiânia: Cànone, 2006.
- SILVA, Sidney Antonio da. "Aqui começa o Brasil". Haitianos na Tríplice Fronteira e Manaus. In: _____. (Org.). *Migrações na Pan-Amazônia*: fluxos, fronteiras e processos socioculturais. Manaus: Fapeam, 2012.
- VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: NUNES, Edson de Oliveira. *A aventura sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- WHYTE, William Foote. *Sociedade de esquina*: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada. Trad. Maria Lúcia de Oliveira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.